

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC)
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT)**

Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Brasília-DF, 2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC)
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT)

Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU 72/2013, da DN TCU 161/2017; da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 500/2016).

Relatório Elaborado pela Coordenação de Administração (COADM) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

IBICT
Brasília-DF, 2018

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES.

ACV - Avaliação do Ciclo de Vida

APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

APL - Arranjo Produtivo Local

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BVT - Sistema para a Construção de Bibliotecas Virtuais Temáticas

CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CARINIANA - Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital

CCN - Catálogo Coletivo Nacional

CBMDF - Corpo de Bombeiros Militar do DF

CDU – Classificação Decimal Universal.

CEB - Companhia Energética de Brasília

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGNP - Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos

CGPC – Coordenação Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados

CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática

CIEE - Centro Integrado Empresa Escola

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMUM - Coordenação de Atendimento à Comunidade

COADM - Coordenação de Administração

COTEC - Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia

CODES - Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas

COED - Coordenação de Editoração

COEPE – Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação

COGETI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

COLAB - Coordenação do Laboratório de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação

COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica

CONFOA - Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto

COPAV - Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

CORES - Coordenação de Redes e Serviços de Informação de Novos Produtos

COTEA - Coordenação de Tecnologias Aplicadas a Novos Produtos

CPLP - Comunidade dos Países de Língua portuguesa

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

CTC – Conselho Técnico Científico

DIADORIM - Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

DIAPA – Divisão de Apoio Administrativo

DACI - Divisão de Acompanhamento Institucional

DINFO - Divisão de Desenvolvimento e Inovação de Produtos de Informação

DIMPA - Divisão de Material e Patrimônio

DIOFI - Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DIPPE - Divisão de Pesquisa, Atualização e Manutenção de Produtos Especiais
DINOV - Divisão de Projetos de Inovação
DIRED - Divisão de Produção e Redes
DIRHU - Divisão de Recursos Humanos
DIREV - Divisão de Revisão
DRIN - Divisão de Relações Internacionais
DSPACE - Sistema para a Construção de Repositórios Institucionais Digitais
DSUP - Divisão de Suporte Técnico
EPT - Electronic Publishing Trustt for Developmente
IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICTI - Itens de capacitação em tecnologia da informação e comunicação
IDI – Itens de informações disseminadas
IDT - Índice de Desenvolvimento Tecnológico
IEO – Índice de Execução Orçamentária
IGPUB - Índice Geral de Publicações
INSEER - Incubadora de Revistas
IODT - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPPTA - Índice de Particip. em Proj. de Pesq. Teórica e Aplicada Desenvolvidas
ISSN - International Standard Serial Number
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
ITTI - Índice de Transferência de Tecnologia da Informação
JBB - Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília
LALCA - Revista Latino-Americana em Avaliação do Ciclo de Vida
LOA - Lei Orçamentária Anual
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, inovações e Comunicações
MID - Mapa da Inclusão Digital
OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica
OCI - Órgão de Controle Interno
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAID – Programa de Aprendizagem Informacional e digital
PCI – Programa de Capacitação Profissional
PDNI – Projeto de Desenvolvimento de natureza instrumental
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia de Informação
PDU - Plano Diretor Urbano
PETI - Plano Estratégico de TI
PMI - Plano de Modernização Administrativa
PPA - Plano Plurianual
PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional
PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional
PPGCI - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PRB – Participação Relativa de Bolsistas

PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado
RIDI - Repositório Digital Institucional do Ibiict
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RRP – Relação entre Receita Própria e OCC
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBIB - Setor de Biblioteca
SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICV - Banco Nacional de Inventários do Ciclo de Vida
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SLA - Service Level Agreement
SOAC - Sistema Eletrônico de Administração de Conferências
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
SEVID - Setor de Qualidade de Vida
SYSAID - Plataforma de gerenciamento de serviços em TI.
TCE - Tomada de Contas Especial
TCG - Termo de Compromisso de Gestão
TECER - Software para Gerenciamento de Tesouros
TEDE - Sistema Eletrônico de Teses e Dissertações
TI - Tecnologia da Informação
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVEM - Centro Universitário Eurípedes de Marília
UPC - Unidades Prestadoras de Contas
UST - Unidade de Serviço Técnico

LISTAS DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS.

Quadro I – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	17
Quadro II – Macroprocessos finalísticos.....	18
Quadro III – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	<u>19</u>
Quadro IV– Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	<u>21</u>
Quadro V– Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	24
Quadro VI – Despesas totais por modalidade de contratação.....	26
Quadro VII – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	26
Quadro VIII – Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	27
Quadro IX – Força de Trabalho da UPC.....	<u>28</u>
Quadro X – Distribuição da Lotação Efetiva.....	<u>28</u>
Quadro XI – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	<u>29</u>
Quadro XII – Despesas do pessoal.....	33
Quadro XIII – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	35
Quadro XIV - Principais Sistemas de Informação da Unidade - IBICT.....	43
Quadro XV– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.....	<u>46</u>
Quadro XVI – Despesas com publicidade.....	50

LISTAS DE ANEXOS E APÊNDICES.

Anexo I – Organograma	51
Anexo II - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	52
Anexo III – Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	55
Anexo IV – Principais sistemas de informações.....	59
Anexo V – Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	60
Anexo VI – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.	63
Anexo VII – Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	75
Anexo VIII – Relatório de instância ou área de correição	79

SUMÁRIO

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	ii
LISTAS DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS.	v
LISTAS DE ANEXOS E APÊNDICES.	vi
2. APRESENTAÇÃO	10
3. VISÃO GERAL	14
3.1 Finalidade e Competências	14
3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	14
3.3 Ambiente de atuação	15
3.4 Organograma	16
Quadro I – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	17
3.5 Macroprocessos Finalísticos.....	18
Quadro II – Macroprocessos finalísticos.....	18
4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	19
4.1 Planejamento Organizacional	19
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	19
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	20
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	20
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	20
4.3 Desempenho Orçamentário	21
4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	22
Quadro III – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	22
4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	23
4.3.3 Resto a pagar de exercícios anteriores	24
Quadro IV– Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	24
4.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos	24
Quadro V– Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	24
4.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	25
4.3.5 Informações sobre a execução das despesas	26
Quadro VI – Despesas totais por modalidade de contratação	26
Quadro VII – Despesas por grupo e elemento de despesa	26
4.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	27
Quadro VIII – Apresentação e análise de indicadores de desempenho	27

5	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	28
	5.1 Descrição das estruturas de governança	28
	5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	30
	5.3 Gestão de riscos e controles internos.....	30
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	31
	6.1 Gestão de pessoas	31
	6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	31
	Quadro IX – Força de Trabalho da UPC.....	31
	Quadro X – Distribuição da Lotação Efetiva.....	31
	Quadro XI – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	32
	6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	33
	Quadro XII – Despesas do pessoal.....	33
	6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	34
	6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	35
	Quadro XIII – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	35
	6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	36
	6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	36
	6.3 Gestão da tecnologia da informação.....	37
	6.3.1 Principais sistemas de informações.....	43
	Quadro XIV - Principais Sistemas de Informação da Unidade - IBICT	43
7	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	44
	7.1 Canais de acesso do cidadão.....	44
	7.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	44
	7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	45
	7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	45
	7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	45
8	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	46
	8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.	46
	8.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	47
	8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	47
9	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	48
	9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	48
	9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	48
	9.2.1 Recomendação do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	49
	Quadro XV– Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.....	49

9.3	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	50
9.4	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	50
9.5	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	50
	Quadro XVI – Despesas com publicidade	50
10	ANEXOS.....	51
10.1	Anexo I – Organograma.....	51
10.2	Anexo II - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	52
	Quadro I – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	52
10.3	Anexo III – Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	55
	Quadro VIII – Apresentação e análise de indicadores de desempenho	55
10.4	Anexo IV – Principais sistemas de informação	59
	Quadro XV - Principais sistemas de informações.....	59
10.5	Anexo V – Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.	63
10.6	Anexo VI - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas 66	
10.7	Anexo VII - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	78
10.9	Anexo VIII – Relatório de Instância ou área de correição	79
11	ROL DE RESPONSÁVEIS	80
12	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	81
13	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	82
13.1	Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	82
13.2	Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac	83
13.3	Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores	84
13.4	Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP.	85
13.5	sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.	86
13.6	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.	88

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) apresenta seu Relatório de Gestão, exercício de 2017, de acordo com as normas estabelecidas por meio da seguinte legislação:

Instrução Normativa TCU N° 63/2010, alterada pela IN TCU 72/2013.

Decisão Normativa TCU N° 161/2017

Portaria TCU 65/2018

Portaria CGU 500/2016

Este Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar os resultados da gestão do IBICT, no exercício de 2017, com o intuito de fornecer uma visão completa de sua operação aos órgãos de controle e à sociedade.

O Relatório está organizado de acordo com os conteúdos estabelecidos na portaria TCU N° 65/2018.

Assim, as informações gerais sobre a gestão do IBICT estão apresentadas em 13 itens, de forma que 9 são de informações, 1 de anexos, 1 de Rol de responsáveis, 1 com Relatório de Instância de Correição e 1 com as Declarações de Integridade.

As principais atividades do IBICT são:

- Pesquisa e pós-graduação em ciência da informação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), em termo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Adaptação e repasse de tecnologias e capacitação de instituições no uso de tecnologias promotoras do aumento da oferta de informação científica e tecnológica brasileira na Internet.
- Criação de revistas científicas eletrônicas para publicação gratuita na Web.
- Desenvolvimento de sistemas de informação voltados ao bem-estar social e ao fortalecimento do setor produtivo.
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação do impacto ambiental de bens e serviços, de forma a quantificar os fluxos de energia e materiais envolvidos em todo o ciclo de vida de produtos

e atividades industriais, contribuindo, assim, para o aumento da competitividade da indústria brasileira em nível internacional.

- Divulgação científica, apoiada em recursos audiovisuais, ferramentas sociais e estratégias linguísticas da área de comunicação científica, com vistas à popularização da ciência para a inclusão de jovens na sociedade da informação.
- Estudos focados na inclusão digital praticada em todo território nacional, com vistas à elaboração de metodologias, e seu repasse para os Estados, para o apoio a tomadas de decisão e planejamentos de ações nesse campo.
- Inclusão informacional do cidadão, por meio da fusão de metodologias pedagógicas e de melhores práticas básicas de inclusão digital. Trata-se de uma ação inovadora, que busca capacitar o cidadão a fazer uso das tecnologias em busca da informação.

O IBICT é um centro de referência na promoção do acesso à informação em ciência, tecnologia e inovação. Por meio de suas pesquisas na área da ciência da informação e do desenvolvimento de ferramentas e recursos informacionais destinados a levar de forma simplificada, sistêmica, eficaz e gratuita o conhecimento científico, tecnológico e de inovação à sociedade, o IBICT vem cumprido sua missão institucional, iniciada há 63 anos.

Suas ações são orientadas objetivando (i) a preservação da memória do patrimônio científico e tecnológico brasileiro, (ii) a criação de condições para o aumento da produção científica e sua visibilidade em nível nacional e internacional, (iii) a promoção do acesso amplo e livre à informação e (iv) contribuir para a inserção de cidadãos na sociedade da informação.

Além das realizações que objetivaram o cumprimento do Termo de Compromisso e Gestão – CGG/2017, firmado com o MCTIC, destacam-se os acordos de cooperação técnica e protocolos de intenções firmados ao longo do exercício; as entregas relativas aos resultados do projeto de pesquisa junto ao Arquivo Nacional, visando à elaboração de metodologia de armazenamento e preservação digital dos documentos advindos da Comissão Nacional da Verdade, contendo manuais e capacitando o Arquivo Nacional na utilização de ferramental adequado; o lançamento do livro *Vox: arte, cultura e ciência no Brasil*, que apresenta a trajetória de vida de 52 personagens das diferentes áreas do conhecimento; a realização da 3ª Edição do Seminário Internacional de Preservação Digital – SINPRED; a Criação de Sistema aberto de observatório para visualização de informações (Visão) com tecnologia própria, já utilizado pelo MDIC; o desenvolvimento de sistemas para construir a rede global de interoperabilidade de dados – serão 600.000 usuários únicos atingidos

virtualmente e um aumento de 400% de presença nas redes; a continuidade do Projeto Brasília 2060 “Desenvolvimento de metodologia para formulação de políticas, planos e programas de curto prazo para a Área Metropolitana de Brasília, com a disponibilização de instrumentos de apoio ao processo de tomada de decisões”; e o início dos projetos “Estudo e desenvolvimento de metodologia de implementação e integração de sistemas de informação para a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP” e “Pesquisa e desenvolvimento de integração de informações para processos de fiscalização do Sistema Vigiaagro – MAPA;

Ressalta-se, no entanto, que, embora produtivo, o ambiente institucional foi marcado por dificuldades.

Na área de TI faltaram recursos para a execução das metas estabelecidas no PDTIC, tanto financeiros quanto de pessoal. Não houve orçamento nem para a troca de equipamentos básicos, num parque tecnológico desatualizado e sem garantia. A TI vem sobrevivendo com infraestrutura e equipamentos antigos, com mais de 10 anos de uso.

A falta de recursos humanos do quadro institucional – tanto de nível administrativo quanto técnico – também impactou nas atividades dos coordenadores técnicos, que se ocuparam com atividades burocráticas e tiveram sua dedicação aos projetos de pesquisa limitada.

O envelhecimento da infraestrutura tecnológica, inclusive do Laboratório, dificultou o oferecimento de aulas a distância, reuniões envolvendo a coordenação estabelecida no Rio de Janeiro, a sede em Brasília e outras instituições, por skype ou videoconferência. No caso desta última, os dois equipamentos existentes apresentaram defeito e não tiveram mais conserto.

A coordenação localizada no Rio de Janeiro não conta mais com um cartão para pronto pagamento, assim, pequenas despesas, sobretudo as que requereram urgência, foram assumidas pela coordenadora, para ressarcimento posterior pelo IBICT.

No mais, pode-se afirmar que, de concreto, para o exercício que se iniciou, o IbiCT conta com um orçamento aprovado na LOA 2017 que não disponibiliza nada para investimento, e reservou apenas R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para suas atividades finalísticas.

Há previsão, para 2018, de uma licitação para contratação de uma nova empresa de suporte a infraestrutura, porém, como o recurso é escasso (30% do necessário), prevê-se contratar uma empresa para suporte parcial, cobrindo apenas o essencial.

3. VISÃO GERAL

3.1 Finalidade e Competências

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia tem por finalidade promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de Informação Científica e Tecnológica para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico.

A Competência Institucional, que corresponde às atribuições do IBICT, também está definida no Regimento Interno do Instituto, publicado no Diário Oficial da União nº 219, de 16 de novembro de 2016, com seguinte teor:

Art. 5º Ao IBICT compete:

I - propor ao MCTIC políticas para orientação do setor de ICT, colaborando com a sua implementação;

II - apoiar, induzir, coordenar e executar programas, projetos, atividades e serviços na sua área de competência;

III - estabelecer e manter cooperação e intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;

IV - apoiar e promover a formação e capacitação de recursos humanos, com perfis profissionais que respondam as demandas da área de informação em ciência, tecnologia e inovação tecnológica no País;

V - apoiar e promover a geração, difusão e absorção de conhecimento e tecnologia para a informação em ciência, tecnologia e inovação tecnológica;

VI - criar mecanismos de produção e capacitação de novos recursos financeiros e ampliar as receitas próprias.

3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Normas de criação: O IbiCT foi criado, em 27 de fevereiro de 1954, pelo decreto do Presidente da República nº 35.124, como Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), dentro da estrutura organizacional do CNPQ. Através da Resolução Executiva do CNPQ, nº 20/76, passou a se chamar Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

Norma relacionada à gestão e estrutura: O Regimento Interno do IBICT foi aprovado pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Portaria nº

5.147, de 14 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 16 de novembro de 2016.

3.3 Ambiente de atuação

Como instituto de informação em C,T&I, o Ibict tem procurado atuar nos mais diversos ambientes aonde circulam a informação científica, tecnológica e em inovação, bem como nos recintos em que políticas voltadas para elas são formuladas. Nesse contexto, destacam-se o ambiente político (Governos e Paramentos), o ambiente científico (Instituições de pesquisa, universidades, estudantes, pesquisadores, professores, editores etc), o ambiente tecnológico (Desenvolvedores e fornecedores de software), o ambiente da produção (Indústria e setor mineral de pequena escala) e o ambiente social (Cidadão).

Não existem no mercado nacional instituições desenvolvendo produtos e serviços similares ao do Ibict, com a abrangência reservada ao mesmo. No entanto, podem-se registrar os esforços mútuos desenvolvidos com outras instituições, a exemplo das bibliotecas universitárias e editoras de revistas científicas, objetivando a complementação e efetivação de vários serviços.

As principais ameaças ao Ibict têm vinculação direta com o exíguo orçamento disponibilizado à unidade e a não reposição da sua força de trabalho. A perda de inteligência não inibe apenas o desenvolvimento de novos projetos. Vai mais adiante: traz dificuldades para a manutenção dos serviços e produtos já disponibilizados para a sociedade.

Para mitigar os riscos, principalmente aqueles relacionados à evolução tecnológica, os esforços são concentrados na busca de novos acordos de cooperação. E, para esse intento, o Ibict tem se servido do seu próprio conceito e da exclusividade e importância dos seus produtos e serviços. Acrescenta-se, porém, que a evolução tecnológica é a variável responsável pelas principais mudanças de cenário efetuadas nos últimos tempos.

Anota-se, ainda, que o Ibict precisa ser pensado com a profundidade de um planejamento estratégico. Até então, o seu maior exercício de planejamento, tem sido no sentido de formular e cumprir o seu Plano Diretor e os Termos de Compromisso e Gestão firmados anualmente com o MCTIC.

3.4 Organograma

Quanto ao organograma (ver Anexo I), cabe esclarecer que o IBICT tem a seguinte estrutura básica:

1. DIRETOR

a) **COPAV** - Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação.

1. **DINST** - Divisão de Acompanhamento Institucional

1.1. **SEEDIT** - Seção de Editoração

b) **COEPE** - Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação.

1. **SERIN** - Seção de Relações Internacionais

c) **COADM** - Coordenação de Administração

1. **DIOFI** - Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

2. **DIMPA** - Divisão de Material e Patrimônio

3. **DIAPA** - Divisão de Apoio Administrativo

4. **DIRHU** - Divisão de Recursos Humanos

4.1. **SEVID** - Seção de Qualidade de Vida

II – **CGTI** - Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática

a) **CODES** - Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas

1. **DIRED** - Divisão de Produção e Redes

2. **DISUP** - Divisão de Suporte Técnico

3. **DIREV** - Divisão de Revisão

III – **CGPN** - Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos

a) **COTEC** - Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia.

b) **CORES** - Coordenação de Redes e Serviços de Informação de Novos Produtos

1. **DINOV** - Divisão de Projetos de Inovação

c) **COTEA** - Coordenação de Tecnologias Aplicadas a Novos Produtos

1. **DINFO** - Divisão de Desenvolvimento e Inovação de Produtos de Informação

IV – **CGPC** - Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados

a) **COLAB** - Coordenação dos Laboratórios de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação

1. **DIPPE** - Divisão de Pesquisa, Atualização e Manutenção de Produtos Especiais

b) **COMUM** - Coordenação de Atendimento à Comunidade

1. **SESIB** - Seção de Biblioteca

Quadro I – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Ver Anexo II

3.5 Macroprocessos Finalísticos

Os processos abrangidos pelos macroprocessos finalísticos foram realizados com recursos do orçamento do IbiCT, previstos na LOA/2017, e contou com a colaboração de vários parceiros externos. Mais de três mil bibliotecas fazem parceria com o IbiCT, somente para atender os serviços do Programa de Comutação Bibliográfica - Comut.

Quadro II – Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Macroprocesso Gestão da Informação	Agrupamento de todos os processos de trabalho relacionados com as atividades técnicas de informação em ciência e tecnologia, tais como: prospecção de dados, coleta/captura de dados, organização, sistematização, disseminação e difusão das informações a segmentos de usuários específicos ou para toda a sociedade	Avaliação do Ciclo de Vida de Produtos e Sistemas Produtivos (ACV), Canal Ciência, Mapa da Inclusão Digital (MID), Rede APL mineral, Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Biblioteca do IBICT, Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas, Centro Brasileiro do ISSN, Centro Brasileiro do Latindex, Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim), Diretório Luso-Brasileiro, Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (Oasisbr), Portal do Livro Aberto em Ct&I, Programa de Comutação Bibliográfica (Comut), Repositório Institucional Digital do IbiCT (Ridi), Repositórios Digitais, Revistas Seer, Comunidades Virtuais de Práticas, Eventos em Ct&I, Mercado de Trabalho em C&T, Classificação Decimal Universal (CDU),	Estudantes, professores, pesquisadores, indústrias, universidades, governos e editores de revistas científicas	CGPC, CGNP, SEDIT, DIREV, CORES, DIPPE, COTEC, DINFO, COTEA, SESIB
Macroprocesso Ensino e Pesquisa	Agrupamento de todos os processos de trabalho relacionados com as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidos pelo IBICT.	Pesquisa em Ciência da Informação, Pós-Graduação em Ciência da Informação, Liinc em Revista, Revista Ciência da Informação	Estudantes e Pesquisadores	COEP, SEDIT

Fonte: COPAV

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento Organizacional

O IBICT não dispõe de um planejamento estratégico concebido na forma preconizada na metodologia destinada a sua realização. Suas atividades são orientadas pelo Plano Diretor da Unidade (PDU) e Macrodesafios que orientam as políticas públicas federais, estabelecidos no Plano Plurianual 2016-2029 e ratificados no conjunto de prioridades inerentes a C,T&I, estabelecidas pelo MCTIC. Registra-se, porém, que o último PDU do instituto teve vigência até 2015, e, em 2017, foi elaborado o PDU 2018 – 2022.

Com o intuito de cumprir sua missão institucional, em consonância com as macrodiretrizes definidas pelo governo federal, o IBICT priorizou objetivos compatíveis com as ações definidas pelo MCTIC para orientar a política de C,T&I do País. A adoção dessa aderência deve assegurar o reconhecimento do Instituto como órgão nacional de informação em CT&I e, conseqüentemente, sua sustentabilidade como instituição pública atuante, não apenas juntamente à comunidade científica e tecnológica, mas principalmente junto a toda a sociedade brasileira, por meio da valorização social e científica de seus produtos e serviços de informação.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Todas as atividades executadas pelo Ibict no exercício de 2017 caminharam no sentido de implementar a Ação 4132, do Programa 2120 (Ciência, Tecnologia e Inovação), da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017, identificada nos termos a seguir:

Ação	4132 - Pesquisa e desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT
Descrição	Desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa de natureza teórica e aplicada e ciência da informação e tecnologia da informação e comunicação, e de produtos e serviços de informação em ciência, tecnologia e inovação, para uso pelas comunidades de ensino e pesquisa e a sociedade em geral.
Unidade orçamentária	240101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O último PDU executado pela unidade compreendeu o período 2011-2015. Em 2017, foi elaborado o PDU 2018-2022. No documento, que está disponível no site do Ibcit (<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/plano-diretor>), estão descritos os programas e metas para o seu período de vigência.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A dedicação a sua missão é o elo mantenedor das relações do Ibcit com a sociedade.

O IBICT desenvolve pesquisa teórica e forma mestres e doutores em ciência da informação, na unidade localizada no Rio de Janeiro, além de desenvolver pesquisa de natureza aplicada na sua sede, em Brasília, de onde os produtos e serviços de informação em ciência, tecnologia e inovação são disponibilizados para as comunidades de ensino, pesquisa, empresarial, editorial etc. Desta forma, sua missão institucional vem sendo preservada. A promoção, a socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico continuam sendo o seu objetivo maior. Prospectar, organizar, produzir e disseminar informações científicas e tecnológicas são a síntese do conjunto de esforços posto em curso no Instituto.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Dentre as atribuições da Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação COPAV do Ibcit inclui o monitoramento da execução dos planos do Instituto.

Ao longo de cada exercício, a equipe de planejamento efetua reuniões com as equipes técnicas e coordenações-gerais do Instituto, com o intuito de elaborar o Termo de Compromisso e Gestão - TCG firmado com o MCTIC e consolidar relatórios de acompanhamento e de realização, parcial e anual.

No âmbito dos TCGs, são reafirmadas as metas previstas no Plano Diretor da Unidade – PDU, pactuado índices de desempenho e realizado o seu monitoramento e avaliação.

Em dois momentos, com as presenças de representantes da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais – DPO, do MCTIC, avalia-se a necessidade de redefinição ou extinção de metas, levando-se em consideração as questões de natureza orçamentária, estrutural e de recursos humanos, que interferem diretamente nos resultados a serem perseguidos.

4.3 Desempenho Orçamentário

Durante praticamente todo o exercício, o Ibict teve que conviver com um orçamento insuficiente para realizar as atividades programadas para o exercício de 2017.

Tanto às finalísticas como a de gestão e manutenção da Unidade. Porém, em decorrência do surgimento de parcerias para atender necessidades de outros órgãos governamentais, em questões relativas à expertise do Ibict, a dotação final do instituto se diferenciou substancialmente da inicial.

Ainda assim, 97,69% da dotação final foram empenhados. Do montante empenhado, 90,15% foram liquidados.

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro III – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	4132 Tipo: Atividade					
Título	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT					
Iniciativa	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais do MCTIC					
Objetivo	Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTIC . Código: 0403					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação Código: 2021 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	240101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.888.657,00	4.588.657,00	4.253.347,00	4.253.347,00	4.253.347,00	00,00	00,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Informação em ciência e tecnologia registro/documentos) em formato impresso e digital, organizada em coleções e bases de dados, disseminadas por meio de portais e sítios web de acesso público.		Unidade	3.001	-	151.806	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
00,00	00,00	00,00	Itens disseminados		Unidade	151.806

Fonte: COPAV

Análise situacional

A quantidade de itens disseminados apresentado no quadro acima é o resultado da disseminação automática, mediante um canal Web, de itens de informação, registros/informações/documentos, relativos a assuntos específicos incorporados num ponto central de armazenamento, coleção ou base

de dados, dispostos de modo a permitir o acesso dos usuários, pessoas e entidades, e que correspondem à atividade-fim do produto/serviço ofertado. Esta descrição difere da adotada quando da elaboração do PPA, e se deve à mudança de metodologia de aferição dos dados.

Em virtude desta alteração, a meta perseguida pelo instituto, para 2017, passou a ser a mesma pactuada no Termo de Compromisso e Gestão (TCG) que a unidade firmou com o MCTIC, isto é, 127.472 (Cento e vinte e sete mil e quatrocentos e setenta e dois) itens disseminados. Em 2017, foram disseminados 151.806 (Cento e cinquenta e um mil e oitocentos e seis) itens.

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O Ibict desenvolve projetos de pesquisa, produtos e serviços e coordena e integra bancos de dados nacionais e distintos sistemas de informação. Incube-se ainda de promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico. Para realizar sua missão institucional, precisa de um quadro técnico com competência em projetos, produtos e serviços da área da Ciência da Informação, bem como de adequada dotação orçamentária. A limitação de seu corpo técnico e a falta de estrutura e de orçamento, em vista das inúmeras atribuições institucionais, apresentam-se sempre como empecilhos para que o Ibict desempenhe satisfatoriamente a sua missão, não impedindo, porém a obtenção de um bom desempenho orçamentário.

Em 2017, o índice de desempenho orçamentário do Ibict, conforme informado no item 4.3, foi considerável. Apesar de a dotação final ser aproximadamente 40% superior à dotação inicial do instituto prevista na LOA 2017.

4.3.3 Resto a pagar de exercícios anteriores

Quadro IV– Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2016	134.962,99	82.607,07	82.607,07	52.355,92	

Fonte: DIOFI

Não houve impactos significativos no que diz respeito ao pagamento de RP de exercícios anteriores na gestão de 2017.

Não houve permanência de RP não processados.

Não há no SIAFI registro de valores “vigentes” referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

4.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro V– Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-		-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Acordo de Cooperação Técnica...	-	-	01	1.848.900,00	5.200,00	-
Totais	-	-	01-	1.848.900,00	5.200,00	-

Fonte: COPAV

O Acordo de Cooperação Técnica mencionado no quadro acima tem como foco programático a ampliação e a modernização das ações do IBICT no sentido de ampliar e consolidar suas competências institucionais em coleta, armazenamento, sistematização, análise, disseminação e preservação de dados e informações em ciência, tecnologia e inovação. O projeto está sendo executado através de consultorias e prestação de serviços, e todos os procedimentos visando às contratações, tanto de consultores como dos prestadores de serviços, estão disponíveis nos sites do IBICT (www.ibict.gov.br) e da UNESCO (www.unesco.org.br), em Projeto 914BRZ2005, bem como em <http://dados.ibict.br/>.

Do montante transferido, R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) foram do Orçamento MCTIC e R\$ 1.348.900,00 (hum milhão e trezentos e quarenta e oito mil e novecentos reais) do Instituto Nacional do seguro Social – INSS.

4.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A prestação de contas para o desenvolvimento do projeto de cooperação é analisada e aprovada pelo Diretor Nacional de Projeto, com o auxílio do Coordenador Nacional.

4.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Quadro VI – Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016-1	%	2017	%	2016-1	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.868.175,38	36,45	7.032.929,07	57,88	6.847.352,39	40,30	6.984.934,80	58,13
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	6.868.175,38	36,45	7.032.929,07	57,88	6.847.352,39	40,30	6.984.934,80	58,13
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	6.425.120,39	34,10	943.515,30	7,77	5.170.868,08	30,44	860.577,40	7,16
h) Dispensa	6.339.658,42	33,65	764.788,22	6,29	5.087.318,71	29,95	681.850,36	5,67
i) Inexigibilidade	85.461,97	0,45	178.727,08	1,47	83.549,37	0,49	178.727,08	1,49
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)								
k) Pagamento em Folha								
l) Diárias								
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	13.293.295,97	70,55	7.976.444,37	65,65	12.018.220,47	70,74	7.845.512,24	65,29
6. Total das Despesas da UPC	18.844.447,47	100	12.150.582,62	100	16.989.804,68	100	12.015.830,41	100

Fonte: DIOFI

Quadro VII – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
3. Outras Despesas Correntes.	2017	2016-1	2017	2016-1	2017	2016-1	2017	2016-1
339039	11.184.590,14	6.932.968,44	9.924.933,42	6.847.134,83	1.259.656,72	85.833,61	9.924.933,42	6.847.134,83
339034	2.688.636,24	2.520.061,20	2.688.636,24	2.520.061,20			2.688.636,24	2.520.061,20
338039	2.425.452,00		1.848.900,00		576.552,00		1.848.900,00	
Demais elementos do grupo	2.545.769,09	2.685.615,76	2.527.335,02	2.648.634,38	18.434,07	36.981,38	2.527.335,02	2.648.634,38
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2017	2016-1	2017	2016-1	2017	2016-1	2017	2016-1
449052		12.148,00			12.148,00			

Fonte: DIOFI

Durante o exercício de 2017 esta unidade teve dificuldades para execução das despesas devido ao contingenciamento tanto nas ações administrativas e finalísticas, prejudicando o andamento da execução dos projetos.

Não houve alterações significativas em relação ao exercício no que diz respeito às despesas e nem em relação às contratações nas modalidades de dispensa e inexigibilidade. Apesar da falta de recursos humanos não houve grande interferência quanto à execução das despesas, tão pouco quanto às questões ambientais.

4.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro VIII – Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Ver Anexo III.

5 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das estruturas de governança

De acordo com seu Regimento Interno (Portaria MCTI nº 5.147, de 14 de novembro de 2016), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT é dirigido por Diretor, - cujo cargo em comissão, DAS-5, nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo MCTIC -, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador e as Divisões por Chefe.

No que tange à governança do Instituto, convém mencionar as competências do Conselho Técnico-Científico (CTC), que conta com dez membros nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (quatro internos e seis externos), e que tem como competência;

- I. Apreciar e supervisionar a execução da política científica e tecnológica e suas prioridades;
- II. Pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades executadas;
- III. Acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;
- IV. Acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCTIC;
- V. Participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao IBICT, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e
- VI. Apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo diretor.

Não obstante, vale mencionar comitês e controle interno de apoio à governança, como os seguintes:

- Grupo de Trabalho de caráter temporário com a finalidade de Desenvolvimento da Política de Segurança da Informação (GTDPSI) para o período de abril a maio de 2017. Portaria nº 25, de 10 de abril de 2017.
- Comissão responsável para elaborar o Plano de Dados Abertos do Instituto. Portaria nº 01, de 05 de janeiro de 2017.
- Comitê Organizador do 6º Seminário sobre Informação na Internet e 11º Workshop Brasileiro de Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento, a serem realizados em Brasília sob a coordenação do IBICT, em novembro de 2017. Portaria nº 24, de 10 de abril de 2017.

- Comitê Editorial da revista Inclusão Social com a finalidade de assessorar a direção do IBICT, no que se refere à política editorial da revista Inclusão Social, com vigência de agosto de 2017 a agosto de 2019. Portaria nº 16, de 15 de agosto de 2017.
- Grupo de Trabalho com a finalidade de apreciar as prestações de contas apresentadas pelas fundações de apoio, referente aos contratos firmados com o IBICT. Portaria nº 22, de 03 de outubro de 2017.
- Comitê de Governança em TIC do IBICT, com vigência de 90 (noventa) dias a contar da publicação da Portaria nº 24, de 06 de outubro de 2017. Ao Comitê compete:
 - I. promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;
 - II. institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;
 - III. promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
 - IV. garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
 - V. promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
 - VI. promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
 - VII. aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
 - VIII. supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
 - IX. liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
 - X. estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;
 - XI. aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;
 - XII. emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos; e
 - XIII. monitorar as recomendações e orientações deliberadas por este Comitê.
- Equipe Técnica responsável pela elaboração de Política de Governança em Tecnologia da Informação. Com a vigência de 90 (noventa) dias, a partir da publicação da Portaria nº 25, de 06 de outubro de 2017.

5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não houve, no exercício de referência, qualquer ato que demandasse a necessidade de se instaurar Tomada de Contas Especial (TCE), ou qualquer outra atividade de correição que deva ser explanada neste item, como impactante para o desempenho do Instituto.

5.3 Gestão de riscos e controles internos

Apesar de não existir na Unidade uma estrutura de auditoria interna formalmente constituída, procuramos atender às demandas do OCI e os compromissos assumidos com o MCTIC, com o intuito de estarmos alinhados às metas de melhoria da gestão pública, sempre por meio de trabalhos de interlocução com as equipes de controle.

Quanto à avaliação de risco, vale ressaltar que:

- Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.
- Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade, entretanto, na eventual ocorrência, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro IX – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		94	03	08
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		94	03	08
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		89	01	06
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		02	01	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		03	01	02
2. Servidores com Contratos Temporários		0		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		04	01	01
4. Total de Servidores (1+2+3)		98	04	09

Fonte: DIRUH

Quadro X – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	52	42
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	52	42
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	48	41
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	03	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	04	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	56	42

Fonte: DIRUH

Quadro XI – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	24	24	04	06
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	24	24	04	06
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		17		01
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		03	01	02
1.2.4. Sem Vínculo		01	01	02
1.2.5. Aposentados		03	02	01
2. Funções Gratificadas	04	04		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		04		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		28	04	06

Fonte: DIRUH

Como se pode observar a força de trabalho do Instituto vem diminuindo com o passar dos anos, estando insuficiente para as necessidades do serviço e prejudicando diretamente as áreas finalísticas e na realização de Projetos.

No ano de 2017 foram 04 aposentadorias e 02 pedidos de remoção e este numero vem se repetindo ao longo dos anos, isto é, nosso ultimo concurso foi realizado em 2012.

Ademais, as restrições orçamentárias dificultam as realizações de cursos de capacitação de servidores nas diversas áreas de conhecimento.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro XII – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2017	6.299.937,95	629.715,12	1.553.254,12	5.971.355,59	454.780,73	588.204,34	0,00	0,00	15.497.247,85
	2016	6.189.225,23	527.825,18	1.068.405,78	6.211.283,86	499.552,74	677.130,12	0,00	61.495,23	15.234.918,14
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2017	0,00	203.213,99	16.839,19	5.193,55	0,00	0,00	0,00	0,00	225.246,73
	2016	0,00	229.654,97	19.738,17	6.579,37	0,00	0,00	0,00	0,00	255.972,51
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2017	0,00	219.699,07	25.023,80	9.836,73	22.964,28	0,00	0,00	0,00	277.523,88
	2016	0,00	259.410,17	24.538,58	4.809,59	27.855,46	0,00	0,00	0,00	316.613,80
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2017	757.457,04	0,00	169.730,41	553.791,99	61.858,40	57.232,02	0,00	0,00	1.600.069,86
	2016	724.678,46	0,00	62.960,40	115.084,00	55.105,05	14.363,00	0,00	5.891,91	978.082,82
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DIRUH

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Como se trata de um Instituto de Pesquisa subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações – MCTIC com 91 servidores de carreira, sendo 12 cedidos a outros órgãos e 02 em lotação Provisória, não possuímos “Áreas Especiais da Gestão”, ficando a critério das áreas fins a identificação dos mecanismos de gestão que melhor se adequam a missão Institucional.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro XIII – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT						
UG/Gestão: 240121/00001				CNPJ: 04.082.993/0001-49		
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de Serviços de Manutenção Predial.	26.414.755/0001-26	07/03/2013	07/03/2019	Ensino Fundamental	P
2017	Prestação de Serviços de Motorista	07.213.179/0001-04	10/04/2017	10/04/2022	Ensino Médio	P
2015	Prestação de Serviços de Copeiragem e Garçom	06.091.637/0001-17	22/05/2015	22/05/2020	Ensino Fundamental	P
2015	Prestação de Serviços de Suporte Técnico Administrativo	26.414.755/0001-26	19/05/2015	19/05/2020	Ensino Médio	P
2017	Prestação de Serviços de Vigilância Desarmada	03.497.401/0001-97	24/08/2017	24/08/2022	Ensino Médio	P
2015	Prestação de Serviços de Brigadista	37.077.716/0001-05	09/10/2015	09/10/2020	Ensino Médio	P
2015	Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação	26.414.755/0001-26	01/12/2015	01/12/2020	Ensino Fundamental	P
2012	Prestação de Serviços de Vigilância Desarmada	07.473.476/0001-99	23/08/2012	23/08/2017	Ensino Médio	E
Observação:						
LEGENDA						
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						

Fonte: DIAPA

No que diz respeito ao andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra, informamos que os serviços prestados vêm sendo considerados satisfatórios no que concerne ao cumprimento das obrigações contratuais.

Adicionalmente, se faz necessário ressaltar que há um trabalho permanente por parte da gestão e fiscalização dos contratos, de modo a identificar eventuais falhas das contratadas.

No IBICT, a política de contratação de estagiário é baseada na Orientação Normativa nº 04, de 04 de julho de 2014, Processo nº 01200.000897/2015-72, celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações - MCTIC e o Centro Integrado Empresa Escola – CIEE, através do contrato nº 02.0009.00/2015-02 com vigência até 10/05/2018. Cabe salientar que no ano de 2017, as contratações não ocorreram por falta de dotação orçamentaria e os cortes de orçamento efetuados pelo Governo Federal.

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

O IBICT não é responsável por bens imóveis de uso especial de propriedade da União; não cedeu espaço a terceiros de imóvel que esteja sob sua responsabilidade e não é responsável por bens imóveis funcionais de propriedade da União.

O imóvel de propriedade da União sob responsabilidade do IBICT, localizado em Brasília-DF, está sob o regime de Cessão (cedido sem ônus), em estado de conservação regular. No exercício de referência, foram gastos **R\$ 211.918,32 (duzentos e onze mil, novecentos e dezoito reais e trinta e dois centavos)**, com a manutenção do mesmo.

O imóvel hoje ocupado pelo IBICT apresenta problemas de infraestrutura, não obstante os esforços que já foram envidados por meio da atual gestão – bem como das anteriores – no sentido de realizar as obras necessárias para a recuperação, preservação e manutenção do imóvel. A título de exemplo, vale mencionar problemas de infiltrações, reformas urgentes e necessárias nos banheiros, no sistema de alarme de incêndio, nas fiações, etc.

O prédio, de 14 pavimentos, é de propriedade do CNPq e a sede atual do IBICT corresponde ao uso de parte do imóvel (do subsolo ao 7º andar) cedido por meio de “TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL”. Os demais andares são ocupados pela RNP – Rede Nacional de Pesquisa e UNESCO. No decorrer dos últimos anos o 7º andar foi cedido, pelo CNPq, em definitivo para a RNP, onde funciona a sua representação em Brasília e ainda o ponto de presença – POP/DF. Com a implantação das Escolas de Redes pela RNP os laboratórios foram instalados no 2º andar.

Com a cessão do 7º andar para a RNP, as instalações físicas do Instituto ficaram assim distribuídas:

- Térreo – Recepção/Telefonia/Protocolo/Suporte à informática.
- Sobreloja – Auditório/PMI /CGTI/Rede APL Mineral.
- 1º andar – Biblioteca/Arquivo/ Rede Cariniana.

- 2º andar – Comut/ Escola de Redes – RNP.
- 3º andar – Administração/Brigada de Incêndio.
- 4º andar – Laboratório/ISSN/CGPMPC/Serviço de Qualidade de Vida.
- 5º andar – Diretoria/Editoração/Planejamento/Comunicação Social / Cooperação Internacional.
- 6º andar – CGPD/Canal Ciência/Projeto Ciclo de Vida/Gerência de Projetos.

O subsolo do prédio, que originalmente foi destinado à garagem, ao acesso à caixa d'água e entrada de energia da CEB, atualmente tem seu espaço destinado para as seguintes atividades:

- Sala para o encarregado da Limpeza
- Sala para os motoristas
- Sala para os serviços de manutenção predial
- Sala da Central de Ar condicionado
- Sala da Rede Estabilizada
- Almoxarifado do IBICT
- Deposito da UNESCO
- Vestiários com banheiros para o pessoal da limpeza
- Estacionamento dos veículos do IBICT
- Instalações de 2 (dois) geradores de propriedade da RNP.

O IBICT coordena o rateio de contas que não são desmembradas no condomínio, tais como CEB, elevadores, CAESB, vigilância, brigada civil. Mas trata-se de uma gestão administrativa, pois uma vez que o prédio é de propriedade do CNPq, não temos gerência sobre os registros no SPIUnet, tampouco há registro contábil do imóvel.

Esclarecemos que não há bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização e nem ocupação irregular de imóveis funcionais e sua representatividade frente ao todo.

6.3 Gestão da tecnologia da informação

Os termos e anotações a ser atendido pela unidade no relatório de gestão:

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O novo PDTIC está em elaboração, sendo que o vigente atualmente se baseia em atender as estratégias abordadas no PDU (Plano Diretor da Unidade) anterior, tendo em vista a Missão do Instituto de *“Promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de ICT para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico.”*;

Desta forma, o PDTIC foi formulado levando em consideração o PDU, a EGTI-SISP e o Plano estratégico de TI do Ibict;

Sua estrutura conta com a descrição da metodologia aplicada, seus princípios e diretrizes, a estrutura orgânica da TI, os referenciais estratégicos, resultadas, áreas, inventários de necessidades, fatores críticos de sucesso, planejamento orçamentário de TI, políticas de aquisições, estão de pessoas, modelo de risco e suas validades;

Dentre o alinhamento estratégico, o PDTI vigente se baseou em perspectivas, temas para alcançar os objetivos estratégicos, como visto na imagem abaixo:

6.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

PERSPECTIVA	TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
PROCESSOS INTERNOS	Eficiência Operacional	Buscar a excelência na prestação de serviços Garantir a disponibilidade de sistemas e serviços Promover a segurança da Informação
	Sustentabilidade	Promover ações de sustentabilidade de TIC Fortalecer as ações de TIC com as instituições
	Alinhamento e Integração	Aprimorar a integração com as unidades da Coordenação Geral de TI - CGTI e do Instituto Adotar a Governança de TIC Investir em bases de conhecimento
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Competências	Desenvolver o capital intelectual
		Aprimorar o modelo de gestão de pessoas de TIC
RECURSOS	Tecnologia	Entregar sistemas e serviços Promover inovação e modernização tecnológica Prover a infraestrutura de TIC
	Orçamento	Buscar recursos orçamentários para execução do PDTI

Como exemplo de mapeamento estratégico, destacamos os quadros abaixo:

9.1 GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI

Governança e Gestão de TI [GTI]				
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO DE FINALIZAÇÃO	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PDU)	FATOR GUT
GTI01	Implantar Catálogo de Serviços	Dezembro 2017	6.1.2	45
GTI02	Implantar Acordo de Nível Operacional	Dezembro 2017	6.1.2	125
GTI03	Mapear processos de Trabalho	Dezembro 2017	6.1.2	100
GTI04	Revisar o inventário de ativos de TI	Dezembro 2017	6.1.2	36
GTI05	Criar Portaria de Políticas de Uso e Segurança de Recursos de TI	Dezembro 2017	6.1.2	125
GTI06	Desenvolver Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	Dezembro 2017	6.1.2	125
GTI07	Implantar a Gestão de Contratos de TI	Dezembro 2017	6.1.2	125
GTI09	Instituir processo de monitoramento e avaliação do desempenho da TI	Dezembro 2017	6.1.2	125

9.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO [SIS]				
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO DE FINALIZAÇÃO	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (PDU)	FATOR GUT
SIS01	Contratação de empresa especializada para elaboração de layout do sítio institucional, reestruturação do sítio atual e implantação da intranet	Dezembro 2017	6.1.2	125
SIS02	Definir estratégia de substituição de soluções departamentais	Dezembro 2017	6.1.2	80
SIS03	Reestruturar sistemas envolvidos no Projeto ACV	Dezembro 2017	6.1.2	27
SIS04	Reestruturar sistemas envolvidos no Projeto CCN	Dezembro 2017	6.1.2	27
SIS05	Promover a evolução dos softwares aplicativos do IBICT	Dezembro 2017	6.1.2	48
SIS06	Validar solicitação, aprovar e desenvolver os softwares aplicativos do IBICT indicados por projeto	Dezembro 2017	6.1.2	125
SIS07	Equipar/manter o IBICT com softwares específicos	Dezembro 2017	6.1.2	125
SIS08	Aquisição de solução de backup	Dezembro 2017	6.1.2	125
SIS09	Aquisição de licenças de antivírus	Dezembro 2017	6.1.2	125
SIS10	Definir e desenvolver software de gestão de pontos de inclusão digital do projeto MID	Dezembro 2017	6.1.2	24

Destes objetivos estratégicos, foram delimitadas as áreas, ações e atividades para o alcance de resultados, se estabelecendo as prioridades e os riscos associados dentro do inventário de necessidades;

Finalizando com a estratégia de alcance dos objetivos delimitados, por meio das contratações esperadas e orçamento necessário para tal.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

Conforme portaria para este fim, o Comitê Gestor de TI foi composto pela direção do Instituto, os Coordenadores Gerais de cada área, a coordenação de planejamento, a coordenação de administração e a coordenação de pesquisa e desenvolvimento;

As atividades do Comitê listadas em portaria são:

“Art. 3º. São atribuições do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação:

- I- Formular e aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, assim como suas alterações;*
- II- Aprovar o Plano Diretor de TI, Plano Estratégico de TI e Orçamento de TI;*
- III- Dispor sobre normas e procedimentos, bem como políticas de uso aceitável dos recursos de TI e de segurança da informação;*
- IV- Monitorar e avaliar a execução dos normativos sobre Tecnologia da Informação do Governo Federal.”*

O comitê tem se encontrado duas vezes por ano, aprovando o PDTI e a política de segurança e suas normas do Ibict;

- c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

A tabela anexa nomeada **“Principais Sistemas de Informação”** demonstra os principais sistemas de informação do IBICT.

- d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.**

Não existe plano de capacitação do pessoal de TI vigente, devido a falta de recurso para tal, atualmente a TI se capacita para assumir a gestão de contratos e visando o atendimento da governança por meio das capacitações ofertadas pela RNP e ENAP.

- e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.**

Atualmente a CGTI tem a força de trabalho abaixo:

- Coordenação geral de TI, contando com dois servidores do ibict, o gestor e um analista, este segundo não sendo da área de TI e dois apoios administrativos, atuando como secretárias;
- Coordenação de desenvolvimento de sistemas que conta com 3 servidores do Ibict, sendo o coordenador e dois tecnólogos, todos da área de TI;
- Divisão de Suporte técnico conta com um servidor do ibict, sendo o chefe da divisão;

- Divisão de redes e infraestrutura conta com três servidores do ibict, sendo o chefe da divisão, um tecnólogo e um técnico, todos da área de TI;
- A CGTI conta ainda com um contrato de prestação de serviços de suporte a infraestrutura, que atende a casa para suporte à computadores e serviços de segurança, sustentação, monitoramento e melhoria continuada, não tendo um quantitativo de pessoas associada;

A mão de obra atual é inferior a necessária devido aos, aproximadamente, 150 projetos em produção e demais em desenvolvimento;

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

O gerenciamento de serviço executado está associado ao contrato de prestação de suporte a infraestrutura, acima mencionado, onde há o acompanhamento, aprovação e verificação dos serviços executados, porém não há normativo para tal, estando inerente aos conhecimentos dos prestadores envolvidos;

Uma vez que o contrato está baseado na ITIL, o gerenciamento do mesmo segue estes preceitos, bem como o estabelecido nos normativos de TI emitidos para a administração federal direta;

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e pendidos e os prazos de conclusão.

Como um instituto de pesquisa, vários dos projetos de TI desenvolvidos na unidade seguiram orçamento próprio recebido de parcerias externas, com descrições, metas, objetivos e produtos destes acordos, ficando os projetos internos de TI com o objetivo de efetuar as contratações especificadas no PDTI, sendo que, devido à falta de orçamento, não foram executados.

Até o momento o dispêndio de 2017 para a área de TI se deu pelo contrato vigente de suporte à infraestrutura, num valor total de R\$ 1.627.692,14.

Foram orçados R\$ 3.279.323,00 estimados para 2017, orçamento não recebido pela unidade, ocasionando em não cumprimento de metas.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Devido ao número insuficiente de servidores, o ibict não tem conseguido agir para mitigar a eventual dependência tecnológica de empresas, até o momento já foram solicitados novos servidores à administração, à diretoria do instituto, bem como, solicitado ao MCTIC novos concursos, porém, sem sucesso;

Foram também solicitados 3 Analistas de TI (ATI) ao MPOG, que retornou informando que não haviam ATIs disponíveis para ceder ao instituto, ficando estas as medidas tomadas até o momento.

Dado o quadro atual, não há como a TI assumir nenhum serviço atualmente contratado, ficando dependente das tecnologias, e serviços, prestados por empresas terceirizadas.

6.3.1 Principais sistemas de informações

Em relação aos Sistemas de Informações do IBICT, o quadro a seguir elenca os principais sistemas de informações que estão em funcionamento:

Quadro XIV - Principais Sistemas de Informação da Unidade - IBICT

Ver Anexo IV

7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de acesso do cidadão

Site oficial do Ibict: www.Ibict.br

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Por meio desta Carta de Serviços ao Cidadão, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) orienta e informa a sociedade sobre os produtos e serviços desenvolvidos pelo Órgão e as formas de acessá-los e como utilizá-los. É uma declaração esclarecendo sobre os canais apropriados para que as demandas dos cidadãos possam ser adequadamente encaminhadas, analisadas e respondidas.

[Aprendizagem Informacional](#)

[Avaliação do Ciclo de Vida de Produtos e Sistemas Produtivos \(ACV\)](#)

[Canal Ciência](#)

[Mapa da Inclusão Digital \(MID\)](#)

[Programa Corredor Digital](#)

[Rede APLMineral](#)

[Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas](#)

[Biblioteca Digital de Teses e Dissertações](#)

[Biblioteca do Ibict](#)

[Catálogo Coletivo Nacional \(CCN\)](#)

[Centro Brasileiro do ISSN](#)

[Centro Brasileiro do Latindex](#)

[Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras](#)

[Diretório Luso-Brasileiro](#)

[Incubadora de Revistas \(InSeer\)](#)

[Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica \(oasisbr\)](#)

[Portal do Livro Aberto em CT&I](#)

[Programa de Comutação Bibliográfica \(Comut\)](#)

[Repositório Digital Institucional do Ibict \(Ridi\)](#)

[Repositórios Digitais](#)

[Revistas no Seer](#)

[Rede Bibliodata](#)

[Comunidades Virtuais de Prática](#)

[Eventos em CT&I](#)

[Fomento à Pesquisa em C&T no Brasil](#)

[Instituições em CT&I no Brasil](#)

[Mercado de Trabalho em C&T](#)

[Pesquisa em Ciência da Informação](#)

[Pós-graduação em Ciência da Informação](#)

[Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital \(Cariniana\)](#)

[Sistema Eletrônico de Administração de Conferências \(Soac\)](#)

[Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas \(Seer\)](#)

[Sistema Eletrônico de Teses e Dissertações \(Tede\)](#)

[Sistema para a Construção de Bibliotecas Virtuais Temáticas \(BVT\)](#)

[Sistema para a Construção de Repositórios Institucionais Digitais \(Dspace\)](#)
[Software para Gerenciamento de Tesouros \(Tecer\)](#)
[Catálogo de Publicações](#)
[Revista Ciência da Informação](#)
[Classificação Decimal Universal \(CDU\)](#)
[Inclusão Social](#)
[Liinc em Revista](#)
[Monitoramento em CI](#)

Endereços Úteis:

Ibict em Brasília: SAS Quadra 5 Lote 6 Bloco H CEP 70.070-912 Brasília - DF
Coordenação de Ensino e Pesquisa: Rua Lauro Muller, 455 – 4º andar CEP 22.290-160 Rio de Janeiro – RJ.

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Ibict não realizou nenhuma pesquisa de satisfação junto aos usuários dos seus serviços. No entanto, através do SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), em formulário próprio, estão abertas as possibilidades de os mesmos manifestarem quaisquer manifestações quanto aos serviços disponibilizados. Em 2017, não houve registros de reclamação.

7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Através do site oficial do Ibict, os cidadãos têm acesso livre a todos os produtos e serviços desenvolvidos pela Instituição. Nele constam 1.700.000 (Hum milhão e setecentos mil) documentos em acesso aberto, além dos disponíveis pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e pelos repositórios institucionais. Os acessos são registrados numa base de dados computacional e são utilizados na consolidação dos relatórios anuais dos Termos de Compromisso e Gestão firmados anualmente com o MCTIC, constituindo-se num importante indicador de resultados do Ibict.

Uma gama de informações, agrupadas em temas que podem facilmente serem visualizados pelos usuários interessados, relativas à missão institucional, estrutura, planos diretor, avaliação institucional, editais, relatórios de auditorias, licitações, servidores, contratos, dentre outros, também podem ser livremente acessadas.

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Para ter acesso às instalações do Ibict, os cadeirantes contam com uma rampa. E para conduzir cadeirantes e deficientes visuais, os elevadores sofreram as adaptações necessárias.

8 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

- a) Os dispositivos estão sendo aplicados desde o início da obrigatoriedade conforme previsto no manual SIAFI Macrofunção 02.03.30 e NBC T 16:9 E 16:10.
- c) O Manual Siafi contém tabela e metodologia que regula a adoção dos valores e períodos para estimar a vida útil.
- d) A metodologia utilizada para calcular a depreciação, amortização e exaustão faz parte do mesmo manual Siafi.
- e) As taxas aplicadas estão estabelecidas no mesmo Manual Siafi, nos percentuais que variam entre 10% 15% e 20%, observado a vida útil e o tipo de bem, classificado em conta contábil específica.
- f) A metodologia a que se refere também consta no mesmo Manual Siafi, neste caso utilizou apenas na correção dos estoques.
- g) A comissão constituída para o tratamento e adoção destes procedimentos, ressalta que o resultado apurado no exercício demonstra e atualizam os valores patrimoniais, especialmente bens de capital.

8.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Ver Anexo V.

8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Ver Anexo VI.

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2017 não houve determinação ou recomendação pendente de atendimento.

Por fim, declaramos que não há, no momento de finalização deste Relatório, quaisquer determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente).

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No início de 2017 havia 06 recomendações sendo analisadas pela Controladoria-Geral da União (CGU). No final do exercício, 01 havia sido atendido, o que totalizou 05 que estavam pendentes de respostas do Gestor. Todavia, as 05 foram respondidas no início deste exercício e encontra-se com status de monitorando.

Para o atendimento das recomendações, é feita uma triagem inicial e encaminhado para a área responsável pelo fornecimento de subsídios para o atendimento.

Destacamos a seguir, o Plano de Providência Permanente dessa Unidade extraídas do Sistema Monitor da CGU e destacada de forma sucinta, contendo as recomendações expedidas até 31/12/2017.

9.2.1 Recomendação do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.

Quadro XV – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.

Dados da Recomendação			Dados Atuais					
ID	Data de Emissão	Texto	Última manifestação Gestor		Posicionamento CGU			Status / Situação atual
			Data	Texto	Data	Tipo	Texto	
128020	22/07/2014	Realizar análise de risco de segurança da informação sobre os ativos críticos ou sensíveis do IBICT, apresentando formalmente à Alta Direção do IBICT e às demais partes interessadas relevantes os riscos incidentes sobre esses ativos, discriminando impactos negativos e como as estruturas de governança em segurança da informação (comitê de segurança, política de segurança e gestor de segurança, entre outros) contribuiriam para tratar esses riscos.	24/01/2018	Na processo 01302.000214/2017-09 anexa, foram elaboradas a POSIC e suas regras complementares, indicando a levantamento de riscos, página 11 da PDF, solicitando a devida publicação, conforme apresentada na página 61. Até a presente data a mesma não foi publicada, porém ao ser publicada será sistematicamente levantada os riscos da instituição em forma de rotina, conforme indicada na política. Toda a estrutura do Comitê de Segurança se mantém inalterada.	20/11/2017	Reiteração	Considerando a análise realizada por esta CGU em 26/10/2015, reitera-se a Recomendação para que a Unidade possa informar se já existe um POSIC definitivo e, caso positivo, indicar de que maneira o documento atende especificamente o exposto na Recomendação (qual item ou página do documento, por exemplo).	Monitorando
128022	22/07/2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de incluir no Anexo 3 do TCG indicadores objetivos que permitam à SCUP/MCTI avaliar de forma precisa o atendimento pelo IBICT das metas propostas, particularmente das metas incidentes sobre o planejamento de TI desse Instituto.	24/01/2018	Devida a alteração de Coordenador Geral de TI em 12 de junho de 2017, conforme PORTARIA Nº 3.149, DE 9 DE JUNHO DE 2017 do MCTIC, não foram devidamente repassadas as atitudes do último coordenador, levando ciência das pendências somente no dia 15 de janeiro, por meio de e-mail da Administração do Instituto, assim, solicita prazo para averiguar as providências adotadas para atender a recomendação, se foram efetivadas e quais os resultados práticos, uma vez que a CGTI atua juntamente com a Coordenação de Planejamento para acrescentar os indicadores, assim, será necessária um levantamento com a Coordenação de Planejamento para a devida resposta.	20/11/2017	Reiteração	Após análise das informações apresentadas pelo Gestor, reitera-se a necessidade de inserção do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) para que seja analisada a recomendação quanto ao seu atendimento.	Monitorando
128023	22/07/2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de incluir no Anexo 3 do TCG indicadores objetivos que permitam à SCUP/MCTI avaliar de forma precisa o atendimento pelo IBICT das metas propostas, particularmente das metas incidentes sobre o desenvolvimento de novos sistemas e a manutenção de sistemas legados do IBICT	24/01/2018	Devida a alteração de Coordenador Geral de TI em 12 de junho de 2017, conforme PORTARIA Nº 3.149, DE 9 DE JUNHO DE 2017 do MCTIC, não foram devidamente repassadas as atitudes do último coordenador, levando ciência das pendências somente no dia 15 de janeiro, por meio de e-mail da Administração do Instituto, assim, solicita prazo para averiguar as providências adotadas para atender a recomendação, se foram efetivadas e quais os resultados práticos, uma vez que a CGTI atua juntamente com a Coordenação de Planejamento para acrescentar os indicadores, assim, será necessária um levantamento com a Coordenação de Planejamento para a devida resposta.	20/11/2017	Reiteração	Após análise das informações apresentadas pelo Gestor, reitera-se a necessidade de inserção do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) para que seja analisada a recomendação quanto ao seu atendimento.	Monitorando
128031	22/07/2014	Avaliar a conveniência e a oportunidade de realizar a contratação de um serviço de desenvolvimento e manutenção de software de acordo com os requisitos próprios do IBICT, trazendo as demandas de manutenção de sistemas para esse novo contrato.	24/01/2018	Após preenchimento da PLOA 2018, com a previsão de orçamento para a contratação de fábrica, enviado em maio de 2017, estimando um valor de R\$ 1.200.000,00, com o texto: 'Contratação de fábrica de software para atender as necessidades da Instituição com pelo menos 3000 pontos de função, atendendo 126 sites e 20 projetos novos em média. (R\$ 750 x 3000 PFI - Solicitação da CGU, sendo uma fábrica de software, um escritório de contagem de PFI e um de qualidade de software.' O receber os valores indicados pela MCTIC, o valor não foi contemplado, impedindo a contratação prevista em PDTK. Atualmente estas solicitações ao MP os valores necessários para o devido cumprimento das metas da PDTK publicada, porém, devida a restrição orçamentária, não estas mas tendo sucesso. Os anexos mostram o envio da solicitação, a PLOA enviada e a PLOA com os ajustes de acordo com os valores repassados pela MCTIC, impedindo a contratação.	20/11/2017	Reiteração	Em virtude do tempo transcorrido, informar se foi possível a realização de uma nova contratação, à luz do PDTI elaborado	Monitorando
128032	22/07/2014	Elaborar manual de preenchimento e metodologia de coleta dos dados para os indicadores consignados no Termo de Compromisso de Gestão.	24/01/2018	Faz-se indispensável a elaboração de orçamento, não foi possível atender a recomendação no exercício de 2017. Pedese a prorrogação do prazo para junho de 2018, salientando que já está elaborada a termo de referência objetiva da contratação de um consultor, na modalidade produto, através do Projeto 914BRZ2005, para produzir o manual de preenchimento e metodologia de coleta de dados dos indicadores de resultados da Ibiict consignados nas Termas de Compromisso e Gestão – TCG.	20/11/2017	Prorrogação de prazo de atendimento	Concordamos com a solicitação de prorrogação, no entanto, entende-se necessário apresentar plano de trabalho simplificado, contendo as etapas faltantes e respectivas datas previstas para conclusão.	Monitorando

Fonte: DIAFA

9.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O IBICT cumpre com o disposto no art. 5º da lei 8666, de forma que no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, este Instituto obedece à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, liquidando as faturas pela ordem de seus vencimentos levando em consideração a disponibilidade no fluxo de caixa disponível.

9.4 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O IBICT fez um levantamento com todas as empresas com as quais mantem contrato firmado e há fornecimento de mão de obra e constatou-se que não houve incidência de valores pagos a maior, logo, não há a necessidade de elisão de dano, tampouco necessidade de revisão contratual com objetivo de reduzir o valor pago.

No Anexo VII segue modelo de expediente enviado às empresas, quando do levantamento feito por este Instituto.

9.5 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

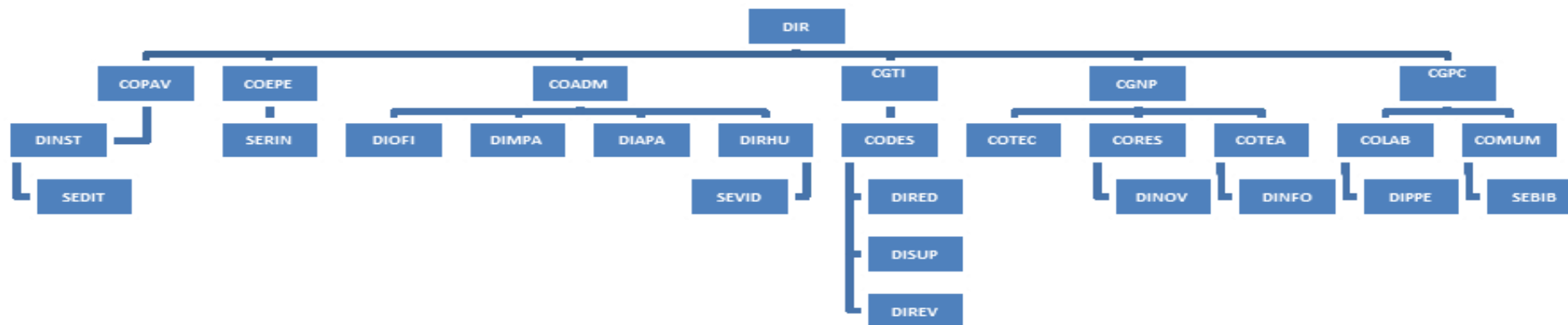
Quadro XVI – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2106-Programa de gestão e manutenção do MCTI. 2000-Administração da Unidade.	3.376,80	3.376,80
Mercadológica			
Utilidade pública			

FONTE: DIAPA

10 ANEXOS

10.1 Anexo I – Organograma



ÓRGÃO COLEGIADO VINCULADO: **CTC**

10.2 Anexo II - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Quadro I – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação - COEPE	Coordenar as atividades de ensino e pesquisa e desenvolvimento do Ibict.	Lena Vania Ribeiro Pinheiro	Coordenadora	Jan - Dez
Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática – CGTI	Propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação, manutenção e administração das atividades relativas às áreas de informática e redes de comunicação de dados interna, bem como sua respectiva conectividade às redes acadêmicas e comerciais, em consonância com as demais unidades organizacionais e organismos gestores oficiais.	Marcos Pereira Novais	Coordenador-Geral	Jun - Dez
Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas – CODES	Coordenar supervisionar e viabilizar o desenvolvimento de projetos de sistemas de informações/websites e de estruturação de banco de dados, adotando os requisitos e atividades previstas na Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS em atendimento às demandas de usuários internos e externos.	Alexandre Faria Oliveira	Coordenador	Ago - Dez
Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos - CGNP	Planejar e coordenar a prospecção tecnológica, pesquisa e inovação de produtos e serviços de informação, popularizar o uso da informação científica e tecnológica e buscar a inclusão de públicos distintos e a diversidade cultural na sociedade da informação.	Arthur Fernando Costa	Coordenador-Geral	Jan - Dez
Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia – COTEC	Coordenar a geração e aplicação de tecnologia para avaliação, acompanhamento e validação da qualidade de produtos e serviços de informação em ciência e tecnologia.	Milton Shintaku	Coordenador	Jan - Dez

Fonte: COPAV

Continuação do Quadro I – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação de Redes e Serviços de Informação de Novos Produtos – CORES	Planejar sistemas de informação na Web para públicos específicos e articular parcerias para a concepção e implantação de projetos cooperativos.	Hélia de Sousa Chaves Ramos	Coordenador	Jan - Dez
Divisão de Projetos de Inovação – DINOV	Articular atividades de gestão e execução dos projetos com instituições parceiras e realizar estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento de novos produtos e o aperfeiçoamento dos já existentes.	Eny Marcelino de Almeida Nunes	Chefe de Divisão	Jan - Dez
Coordenação de Tecnologias Aplicadas a Novos Produtos – COTEA	Coordenar e executar a prospecção de novas tecnologias e buscar soluções tecnológicas, em articulação com universidades, institutos tecnológicos e o setor produtivo.	Tiago Emmanuel Nunes Braga	Coordenador	Mar - Dez
Divisão de Desenvolvimento e Inovação de Produtos de Informação – DINFO	Realizar estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento de novos produtos.	Isabel Felicidade Aires Campos	Chefe de Divisão	Jan - Dez
Coordenação-Geral de Pesquisa e manutenção de Produtos Consolidados – CGPC	Planejar, coordenar e supervisionar pesquisas nas áreas de informação em ciências e tecnologia e de tecnologias da informação e da comunicação aplicadas ao tratamento e disseminação da informação com o propósito de promover a manutenção e ajustes de produtos e serviços.	Lillian Maria Araújo de Rezende Álvares	Coordenador-Geral	Jan - Dez
Coordenação do Laboratório de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação – COLAB	Coordenar e realizar projetos de desenvolvimento de sistemas destinados à criação, manutenção e ajustes dos sistemas, produtos e serviços de informação.	Bianca Amaro de Melo	Coordenadora	Jan - Dez

Fonte: COPAV

Continuação do Quadro I – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Pesquisa, Atualização e Manutenção de Produtos Especiais – DIPPE	Realizar pesquisa e estudos com vistas à criação, manutenção e ajustes de projetos, programas, métodos, produtos e serviços de informação consolidados. Obs.: Essa divisão está em inatividade e o servidor designado para conduzi-la coordena as atividades do Setor de Comunicação Social do Ibict.	Marcel Garcia de Souza	Coordenador	Jan - Dez
Coordenação de Atendimento à Comunidade - COMUM	Coordenar a manutenção das estruturas e execução de macroprocessos e atender as demanda de manutenção e ajustamentos de programas, métodos e sistemas consolidados, de desenvolvimento de sistemas, de produção de redes e suporte de informática, destinados ao processamento de seus produtos.	Tainá Batista de Assis	Coordenadora	Jan - Dez
Setor de Biblioteca – SESIB	Planejar, coordenar e executar pesquisas realizadas no âmbito da preservação da memória documental para a história do IBICT.	-	-	-

Fonte: COPAV

10.3 Anexo III – Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro VIII – Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Denominação	Índice de referência (Dezembro 2016)	Índice previsto -2017	Índice observado -2017	Periodicidade	Fórmula de cálculo
IGPUB - Índice Geral de Publicações	2,84	2,26	2,12	Anual	<p>$IGPUB = NGPB / TNSE$</p> <p>$NGPB = (\text{N}^\circ \text{ de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados}) + (\text{N}^\circ \text{ de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional}) + (\text{N}^\circ \text{ de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional}) + (\text{N}^\circ \text{ de capítulo de livros}), \text{ no ano.}$</p> <p>$TNSE = \sum \text{ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.}$</p>
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	5	7	9	Anual	<p>$PPACI = NPPACI$</p> <p>$NPPACI = \text{N}^\circ \text{ de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras, no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa}$</p>
PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	16	73	17	Anual	<p>$PPACN = NPPACN$</p> <p>$NPPACN = \text{N}^\circ \text{ de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa.}$</p>
IDT - Índice de Desenvolvimento Tecnológico	184	20	162	Anual	<p>$IDT = PMTD / PMTPP * 100$</p> <p>$PMTDV = \text{N}^\circ \text{ de pacotes de metodologias e tecnologias desenvolvidos e/ou atualizadas.}$</p> <p>$PMTPP = \text{N}^\circ \text{ de pacotes de metodologias e tecnologias previstos nos projetos}$</p>
ITTI - Índice de Transferência de Tecnologia da Informação	1.512	469	857	Anual	<p>$ITTI = NTT / NTE * 100$</p> <p>Unidade: %, sem casa de cimal.</p> <p>$NTT = \text{N}^\circ \text{ de Transferência de Tecnologia.}$</p> <p>$NTE = \text{N}^\circ \text{ de Tecnologias Existentes}$</p>

Fonte: COPAV

Denominação	Índice de referência (Dezembro 2016)	Índice previsto -2017	Índice observado -2017	Periodicidade	Fórmula de cálculo
IPPTA - Índice de Particip. em Proj. de Pesq. Teórica e Aplicada Desenvolvidas	17,38	11,04	15,59	Anual	$IPPTA = (CGP * 3) + (CPV * 3) + (CPINST * 2) + (PGPI * 1) + (PPPoI * 1) / TNSEo$ <p>GGP = N° de coordenação de grupo de pesquisa do IBICT. (peso 3)</p> <p>CPV = N° de coordenação de projeto de pesquisa vinculado ao IBICT e avaliado por colegiado reconhecido pelos órgãos de gestão científica. (peso 3)</p> <p>CPINST. = N° de coordenação projeto de pesquisas interinstitucionais. (peso 2)</p> <p>PGPI = N° de participação em grupo de pesquisa interinstitucional ou vinculado a outra instituição. (peso 1).</p> <p>PPPOI = N° de participação em projetos de pesquisa em outra instituição.</p> <p>TNSEo = Técnicos de Nível Superior, Doutores vinculados diretamente à pesquisa, com mais de doze meses de atuação, a serem listados pelo IBICT.</p>
IODT - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas	5,15	3,78	3,07	Anual	$IODT = \frac{NTD * 3 + NDM * 2 + NME * 1 + NTE * 1}{TNSEo1}$ <p>NTD = N° de Teses de Doutorado defendidas (peso 3)</p> <p>NDM = N° de Dissertações de Mestrado defendidas (peso 2)</p> <p>NME = N° de Monografias de Especialização defendidas (peso 1)</p> <p>NTE = N° de Teses orientadas em outras instituições (peso 1)</p> <p>TNSEo1 = Considerar apenas os pesquisadores habilitados a orientar, ou seja, somente os doutores. Considerar também, a orientação das dissertações e teses por pesquisadores em outras instituições que não a UP/MCT.</p>
ICTI - Itens de capacitação em tecnologia da informação e comunicação	34	28	48	Anual	$ICTI = NDI$ <p>NDI = N° de cursos/oficinas ministrados pelo IBICT.</p>
IVI - Índice de Visibilidade Institucional	24,09	8,9	13,36	Anual	$IVI = \frac{PCC * 3 + CND * 2 + AP * 1 + CTCNI * 3 + MSIM * 2 + AV * 1 + OPE * 1}{TNSE}$ <p>PCC = Participação em n° de Painéis e conferências em Congressos (peso 3).</p> <p>CND = Participação em n° de Coordenação de Mesas e Debates (peso 2).</p> <p>AP = Participação em n° de Apresentação de Posters (peso 1).</p> <p>CTCNI = Participação em n° de Comissões Técnicos Científicos Nacionais e Internacionais (peso 3).</p> <p>MSIM = N° matéria sobre o IBICT na mídia (jornais etc....) (peso 1).</p> <p>AV = N° de abertura de eventos (peso 1).</p> <p>OPE = Número de apresentação de Obras, Prefácios Editoriais (peso 1).</p> <p>TNSE = \sum dos Técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.</p>

Fonte: COPAV

Denominação	Índice de referência (Dezembro 2016)	Índice previsto -2017	Índice observado -2017	Periodicidade	Fórmula de cálculo
PDNI – Projeto de Desenvolvimento de natureza instrumental que geram produtos e serviços	0,19	0,08	0	Anual	$PDNI = (CP * 2) + (PP * 1 / TNSE)$ <p>CP = N° de coordenação pesquisa do IBICT. (peso 2)</p> <p>PP = N° de participação pesquisa do IBICT. (peso 1)</p> <p>TNSE = \sum dos Técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.</p>
IDI – Itens de informações disseminadas pelo IBICT	494.484	127.472	151.806	Anual	$IDI = NIDI$ <p>NIDI = N° de itens de informação disseminados</p>
APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	16%	16	41	Anual	$APD = [1 - (DM / OCC)] * 100$ <p>DM = \sum das Despesas com Manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, e energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano.</p> <p>OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas.</p>
RRP – Relação entre Receita Própria e OCC	1%	0	0	Anual	$RRP = RPT / OCC * 100$ <p>RPT = Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extraorçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa).</p> <p>OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250.</p>
IEO – Índice de Execução Orçamentária	89%	89	97	Anual	$IEO = VOE / OCCe * 100$ <p>VOE = \sum dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados.</p> <p>OCCe = Limite de Empenho Autorizado.</p>

Fonte: COPAV

Denominação	Índice de referência (Dezembro 2016)	Índice previsto -2017	Índice observado -2017	Periodicidade	Fórmula de cálculo
ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	0	0	0	Anual	$ICT = ACT / OCC * 100$ <p>ACT = Recursos financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento no ano. OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150.</p>
PRB – Participação Relativa de Bolsistas	50%	52	158	Anual	$PRB = [NTB / (NTB + NTS)] * 100$ <p>NTB = \sum dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano. NTS = N° total de servidores em todas as carreiras, no ano.</p>
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	46%	46	44	Anual	$PRPT = [NPT / (NPT + NTS)] * 100$ <p>NPT = \sum do pessoal terceirizado, no ano. NTS = N° total de servidores em todas as carreiras, no ano.</p>
PAID – Programa de Aprendizagem Informacional e digital	2.432	800	1.883	Anual	$PAID = NPCP$ <p>NPCP = Capacitação de estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas e organizações da comunidade.</p>

Fonte: COPAV

10.4 Anexo IV – Principais sistemas de informação

Quadro XIV - Principais sistemas de informações

Nº	SISTEMA	OBJETIVOS	MANUTENÇÃO	STATUS	RISCO			
					Gravidade	Urgência	Tendência	Total
1	Site do Ibict	Divulgar os projetos de pesquisa do Ibict, noticiar eventos e acontecimentos relacionados ao instituto, apresentar serviços	Terceirizada	Em produção - Necessita atualização	5	5	5	125
2	Canal Ciência	Esta base de dados apresenta textos de pesquisas científicas, enviados por pesquisadores e reescritos em linguagem de divulgação científica, destinados ao público interessado em temas de ciência, tecnologia e inovação – educadores, estudantes, jornalistas – e aos demais cidadãos internautas.	Terceirizada	Em produção - Necessita atualização	4	4	5	80
3	RIDI	Repositório digital das publicações e produções científicas do IBICT	Terceirizada	Em produção	4	4	5	80
4	BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.	Terceirizada	Em produção	4	5	3	60

Nº	SISTEMA	OBJETIVOS	MANUTENÇÃO	STATUS	RISCO			
					Gravidade	Urgência	Tendência	Total
5	SBRT	Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas: Disseminar informações tecnológicas de melhoria de processo para pequenas empresas.	Tercerizada	Em produção - Necessita atualização	4	5	3	60
6	CCN	O Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas consiste de um catálogo de publicações periódicas nacionais e internacionais pertencentes às coleções das bibliotecas que compõem o Sistema CCN.	Tercerizada	Em produção - Necessita atualização	3	4	4	48
7	BRCRIS	O BRCRIS é um programa estruturante para a gestão de ciência e tecnologia que visa promover a integração de vários sistemas de informação de suporte à atividade científica utilizados pelos investigadores, pelos gestores de ciência ou pelo público em geral.	Tercerizada	Em desenvolvimento	3	3	5	45
8	ACV	Base de dados de inventários de da produção industrial do Brasil	Tercerizada	Em produção	4	3	3	36
9	Diadorim	O Diadorim é um diretório/serviço de informações da política editorial das Revistas científicas brasileiras sobre o armazenamento dos seus artigos em Repositórios Institucionais de Acesso Aberto (RI). Seu objetivo é auxiliar na localização de informações sobre a política editorial das Revistas sobre a permissão para o armazenamento de artigos em RI.	Tercerizada	Em produção	4	3	3	36

Nº	SISTEMA	OBJETIVOS	MANUTENÇÃO	STATUS	RISCO			
					Gravidade	Urgência	Tendência	Total
10	SisMID	O sistema de informação do MID registra, em sua base de dados, milhares de Pontos de Inclusão Digital (PIDs) instalados nos estados e municípios, de forma georreferenciada. A busca é feita no mapa do Brasil em uma interface moderna e interativa, que permite ao usuário cruzar informações de seu interesse e gerar, de modo dinâmico, relatórios gerenciais e indicadores.	Terceirizada	Em produção - Necessita atualização	4	3	3	36
11	Projeto Brasília 2060	O Projeto Brasília 2060 tem por objetivo o desenvolvimento de um sistema de informações para a realização da atividade de gestão estratégica em nível governamental, utilizando como estudo de caso a cidade de Brasília.	Terceirizada	Em produção Parte em desenvolvimento	3	3	4	36
12	Rede Cariniana	A Rede Cariniana surgiu da necessidade de se criar no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict uma rede de serviços de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros, com o objetivo de garantir seu acesso contínuo a longo prazo	Terceirizada	Em produção	4	2	4	32
13	Bibliodata	Rede BIBLIODATA objetiva disseminar os acervos das bibliotecas brasileiras, compartilhar registros e recursos bibliográficos. Com este foco adota metodologias e instrumentos para o melhor desempenho da catalogação cooperativa e manutenção do Catálogo da Rede Bibliodata.	Terceirizada	Em produção - Necessita atualização	3	3	3	27

Nº	SISTEMA	OBJETIVOS	MANUTENÇÃO	STATUS	RISCO			
					Gravidade	Urgência	Tendência	Total
14	SEER	O Sistema de Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é resultado da prospecção tecnológica realizada pelo IBICT para identificar aplicativos que possibilitassem o tratamento e a disseminação da produção científica brasileira na Web.	Tercerizada	Em produção	3	3	3	27
15	COMUT	O Comut permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.	Tercerizada	Em produção - Necessita atualização	3	3	2	18
16	Portal do Livro Aberto	O Portal do Livro Aberto tem por objetivo reunir, divulgar e preservar as publicações oficiais em ciência, tecnologia e inovação. Os temas Tecnologias da Informação e Comunicação, Fármacos e Complexo Industrial da Saúde, Petróleo e Gás, Complexo Industrial da Defesa, Aeroespacial, Nuclear, Biotecnologia, Nanotecnologia, Energia Renovável, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Oceanos e Zonas Costeiras Popularização da C,T&I, Melhoria e Ensino de Ciências, Inclusão Produtiva e Social, e Tecnologias para Cidades Sustentáveis, definidas nos Programas e Atividades Estruturantes da Estratégia Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015, do MCTIC e incluídos neste primeiro momento.	Tercerizada	Em produção	3	2	2	12

Fonte: CGTI

10.5 Anexo V – Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

8.2 - SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade prestadora de contas, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos, contemplando, pelo menos, as seguintes informações:

- a) identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;
- b) identificação das subunidades administrativas da UPC das quais os custos são apurados;
- c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;
- d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;
- e) impactos observados na atuação da UPC, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;
- f) relatórios utilizados pela UPC para análise de custos e tomada de decisão.

A Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal tendo como objetivo, identificar custos específicos de programas e das unidades da Administração Pública Federal, vindo ao encontro do disposto na Lei nº 10.180/2001, que instituiu, dentre outros, o Sistema de Contabilidade Federal, e a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que reforçou a necessidade de criação de metodologia de medição de custos como critério de avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União, gerando informações estratégicas para a tomada de decisão de governo, bem como para a melhoria efetiva da qualidade do gasto público.

O normativo acima definiu a estrutura de funcionamento do sistema, tendo como órgão central a Secretária do Tesouro Nacional e como órgãos setoriais os Ministérios, sob a gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União, subordinada a Subsecretaria de Contabilidade Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional. A Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, estabeleceu em seu art. 2º e 3º as competências do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal é uma ferramenta tecnológica (um software) que tem a capacidade de integrar diversos sistemas estruturantes do Governo

Federal em uma única base de dados (Data Warehouse), armazenando e reunindo as informações de custos com vistas a subsidiar o apoio a tomada de decisão do gestor de recursos públicos.

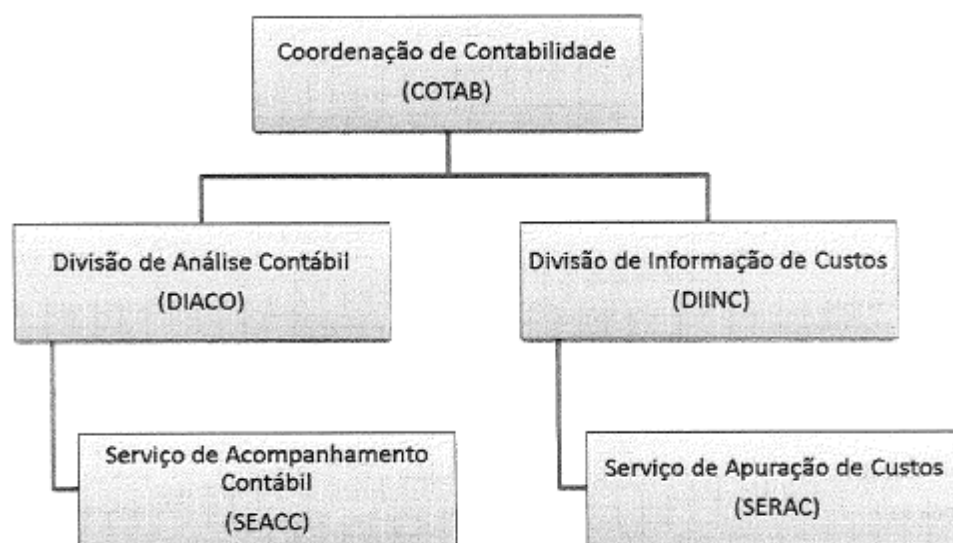
No ano de 2012, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação publicou a Portaria SEXEC/MCTI nº 6, de 30 de maio de 2012, instituindo de forma provisória, a Unidade de Informações de Custos, indicando como responsável pelas competências a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

Também no ano de 2012, o extinto Ministério das Comunicações publicou a Portaria n.º 57, datada de 17/07/2012, que atribuiu a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA a função de órgão setorial do sistema de custos do governo federal.

Cabe ressaltar que no período de 2011 a 2016, decorrente da insuficiência de pessoal este Ministério não conseguiu estruturar, organizar e fazer funcionar a setorial de custos a fim de desempenhar todas as atividades definidas no Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal – MPCUST, elencadas no art. 12, da Portaria STN nº 481, de 18 de agosto de 2014.

Em 2016, ocorreu a fusão entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, determinada pela Lei n.º 13.341, de 29 de setembro de 2016, transformando-os em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Na sequência foi publicada a Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016 que definiu a nova estrutura do Órgão, bem como criou a Divisão de Informação de Custos, subordinada à Coordenação de Contabilidade, da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, da Diretoria de Administração, da Secretaria Executiva, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Também no final de 2016, ocorreu a promulgação da Emenda do teto dos gastos públicos, a PEC 55/2016, limitando de forma drástica os gastos públicos por duas décadas, sendo o primeiro ano de vigência 2017, surgindo assim, um grave cenário de restrição orçamentária, motivo pelo qual não foi possível dar início ao processo de divulgação acerca da sistemática de custos junto às Unidades de Pesquisa e Órgãos Vinculados a este Ministério.

Conscientes da importância da apuração, avaliação e divulgação dos custos dos projetos e atividades do órgão, uma das metas estabelecidas para a Divisão de Informação de Custos foi a de desenvolver um Projeto de implementação de apuração de custos no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, a ser inicialmente implementado a partir de 2018.

No que se refere aos relatórios utilizados para análise de custos e tomada de decisão, a Divisão de Informação de Custos extraiu durante o exercício relatórios relativos custos por programa, por objetivo, por ação, por natureza da despesa e outros, destacando como principais os relatórios anuais apresentados para subsidiar a Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR.

Cabe mencionar que a Gerência de Informação de Custos – GEINC, da Subsecretaria de Contabilidade Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional trabalhou na reformulação do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, ora disponibilizado aos usuários no final de 2017.

O Portal de Custos tem como propósito contribuir para a mensuração, controle e avaliação de custos na Administração Pública Federal.

Objetiva, assim, fomentar nos órgãos, a gestão de custos, sendo um instrumento especialmente indicado para aqueles que ainda não desenvolveram seus próprios modelos, podendo servir como um ponto de partida para que elaborem, posteriormente, seus modelos personalizados para atendimento às suas especificidades e necessidades.

Sendo assim, até que este Ministério defina as necessidades da Administração Central, Unidades de Pesquisa e Órgãos Vinculados o sistema a ser utilizado para a extração dos relatórios de custos será o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

Brasília, DF., 26 de janeiro de 2018.



Eliana Yukiko Takenaka
CRC/DF – 006666/O-1

10.6 Anexo VI - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 31.01/2018 PÁGINA 1

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	18.844.447,47	12.150.793,40
Ordinárias	-	-	Ordinárias	4.396.376,22	11.901.743,40
Vinculadas	-	-	Vinculadas	14.448.071,25	249.050,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.106.814,50	-
			Operação de Crédito	11.341.256,75	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	249.050,00
Transferências Financeiras Recebidas	19.328.639,21	15.357.051,29	Transferências Financeiras Concedidas	280.449,85	154.853,16
Resultantes da Execução Orçamentária	17.247.759,21	12.215.611,29	Resultantes da Execução Orçamentária	222.535,68	1.050,00
Repassé Recebido	3.105.815,00	2.501.050,00	Sub-repassé Concedido	-	1.050,00
Sub-repassé Recebido	14.142.144,21	9.714.561,29	Sub-repassé Devolvido	222.535,68	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.080.880,00	3.141.440,00	Independentes da Execução Orçamentária	57.914,17	153.803,16
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.080.700,00	3.138.850,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	57.914,17	153.803,16
Movimentação de Saldos Patrimoniais	180,00	2.590,00	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	1.930.346,96	362.446,15	Despesas Extraorçamentárias	2.167.301,57	3.453.331,23
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	1.000.000,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.854.642,79	134.962,99	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.163.307,07	2.453.151,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.994,50	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	75.704,17	227.483,16	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	180,00
Arecadação de Outra Unidade	75.704,17	227.483,16	Demais Pagamentos	-	180,00
Saldo do Exercício Anterior	622.996,22	662.476,57	Saldo para o Exercício Seguinte	589.783,50	622.996,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	622.996,22	662.476,57	Caixa e Equivalentes de Caixa	589.783,50	622.996,22
TOTAL	21.881.982,39	16.381.974,01	TOTAL	21.881.982,39	16.381.974,01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
02.02/2018

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA

ORGÃO SUPERIOR 24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 02.02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	18.844.447,47	18.844.447,47
TOTAL	-	-	18.844.447,47	18.844.447,47
DETLHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	18.844.447,47	16.989.804,68	16.989.804,68	-18.844.447,47
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	18.844.447,47	16.989.804,68	16.989.804,68	-18.844.447,47
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	18.844.447,47	16.989.804,68	16.989.804,68	-18.844.447,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 02.02/2018 PAGINA 3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	18.844.447,47	16.989.804,68	16.989.804,68	-18.844.447,47
TOTAL	-	-	18.844.447,47	16.989.804,68	16.989.804,68	-18.844.447,47

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.080.700,00	122.814,99	2.151.159,07	2.151.159,07	52.355,92	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.080.700,00	122.814,99	2.151.159,07	2.151.159,07	52.355,92	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	12.148,00	12.148,00	12.148,00	-	-
Investimentos	-	12.148,00	12.148,00	12.148,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.080.700,00	134.962,99	2.163.307,07	2.163.307,07	52.355,92	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 02.02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	6.055.386,72	12.100.299,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.055.386,72	12.100.299,87

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	589.783,50	622.996,22	PASSIVO FINANCEIRO	1.873.152,14	2.238.166,84
ATIVO PERMANENTE	5.465.603,22	11.477.303,65	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	4.182.234,58	9.862.133,03

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.632.587,45	2.317.190,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.713.819,78	10.845.585,70
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.632.587,45	2.317.190,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	9.713.819,78	10.845.585,70
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congên	4.632.587,45	2.317.190,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	4.800.000,00	4.800.000,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	4.913.819,78	6.045.585,70
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.632.587,45	2.317.190,00	TOTAL	9.713.819,78	10.845.585,70

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	35.477,47
Recursos Vinculados	-1.318.846,11
Seguridade Social (Exeto RGPS)	-1.757.914,50
Operação de Crédito	232.487,36
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	206.581,03
TOTAL	-1.283.368,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 02/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-21.064,72	-39.480,35
INGRESSOS	19.404.343,38	15.584.534,45
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	19.404.343,38	15.584.534,45
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	19.328.639,21	15.357.051,29
Arrecadação de Outra Unidade	75.704,17	227.483,16
DESEMBOLSOS	-19.425.408,10	-15.624.014,80
Pessoal e Demais Despesas	-17.277.844,19	-10.198.678,80
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-9.686.488,76	-900.000,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-4.670.740,43	-9.298.678,80
Agricultura	-2.920.615,00	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 02/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.863.119,56	-5.270.302,84
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-14.219,56	-70.302,84
Outras Transferências Concedidas	-1.848.900,00	-5.200.000,00
Outros Desembolsos das Operações	-284.444,35	-155.033,16
Dispêndios Extraorçamentários	-3.994,50	-
Transferências Financeiras Concedidas	-280.449,85	-154.853,16
Demais Pagamentos	-	-180,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.148,00	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-12.148,00	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.148,00	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 02.02/2018	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA- TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-33.212,72	-39.480,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	622.996,22	662.476,57
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	589.783,50	622.996,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
02/02/2018

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	19.404.343,38	15.584.354,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	17.370,00	76.060,00
Venda de Mercadorias	8.190,00	1.100,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	9.780,00	74.860,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.737,61	30,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	13.737,61	30,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	19.328.639,21	15.357.051,29
Transferências Intragovernamentais	19.328.639,21	15.357.051,29
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	43.996,56	151.213,16
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 02.02/2018 PAGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIACÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	43.996,56	151.213,16
VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	20.073.209,27	10.101.138,22
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	29.577,92
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	29.577,92
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.934.014,64	9.316.537,14
Uso de Material de Consumo	75.287,78	37.578,81
Serviços	17.193.253,86	9.213.639,22
Depreciação, Amortização e Exaustão	665.493,00	665.319,31
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.129.349,85	154.853,16
Transferências Intragovernamentais	280.449,85	154.853,16
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.848.900,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
02/02/2018

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240121 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA.CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	9.404,78	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	9.404,78	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	440,00	170,00
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	440,00	170,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-668.865,89	5.483.216,23

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

10.7 Anexo VII - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A seguir, expediente enviado às contratadas quando do levantamento acerca da desoneração da folha de pagamento.



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SAUS Quadra 5 - Lote 6 - Bloco H, 3º andar, Sala 306

CEP 70.070-91 - Bairro Asa Sul

Brasília - DF, (61) 3217-6152

Ofício Circular nº 3/2018/SEI-IBICT

Ao Sr. DANILLO LAMOUNIER PARAÍSO
Cidade Serviços e Mão-de-Obra Especializada Ltda.
SCIA Quadra 08 conjunto 12 lote 14
71225-540 - Brasília - DF

Assunto: **Desoneração da Folha de Pagamento**

Prezado Senhor,

1. Com o intuito de atender às instruções fornecidas pelo Tribunal de Contas da União para elaboração do Relatório de Gestão do IBICT, muito agradecemos providências de Vossa Senhoria, no sentido de informarmos, a contar de 02 (dois) dias após o recebimento deste, se essa empresa é ou já foi beneficiada, durante a execução do contrato em epígrafe, pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

2. Para dar celeridade ao tema, a resposta a este expediente poderá ser enviada para o e-mail contratos@ibict.br.

3. Coloco-me à disposição de Vossa Senhoria para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir.

Atenciosamente,

(Assinatura Eletrônica)

Alexandre Alves da Silva

Chefe da Divisão de Apoio Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Alves da Silva**, **Chefe de Divisão de Apoio Administrativo**, em 06/03/2018, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b)", das Portarias MTC nº 89/2014 e MCTIC nº 54/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2706950** e o código CRC **4C29281E**.

10.9 Anexo VIII – Relatório de Instância ou área de correção

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCESSOS A INSTAURAR POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto Brasileiro de Farmacopoeia, Ciência e Tecnologia	
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017	
Processos Concluídos	Número de Processos
Total de Processos a Instaurar na Fase "Aguardando Análise"	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Arquivamento)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Ausência de Materialidade ou Autoria)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Determinação de Instauração)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Inexistência de Irregularidade)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Prescrição)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Juízo de Admissibilidade" (Arquivamento por assinatura de TCA)	0
Total de Processos a Instaurar na Fase "Instauração de Procedimento Disciplinar"	0
Total de Processos Independentemente da Fase	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, o/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsto do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 1

Data de emissão do relatório: 06/03/2018

Emitido por: William Brille da Costa e Silva